

CONCURSO PÚBLICO

São Caetano do Sul-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL/SP - GUARDA CIVIL MUNICIPAL

→ APOSTILA TOTALMENTE ATUALIZADA 2023 SÃO CAETANO DO SUL/SP

GUARDA MUNICIPAL



Conteúdo com Matérias
+ Questões da IDECAN



- **LÍNGUA PORTUGUESA**
- **RACIOCÍNIO LÓGICO**
- **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**
- **LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DE TRÂNSITO**
- **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

→ ESTA APOSTILA CONTÉM: EXERCÍCIO, DICAS E PROVAS ANTERIORES DA ORGANIZADORA

Autodidata
Apostilas para concursos
www.apostilasautodidata.com.br



Prezado(a) Concurseiro (a)

Em primeiro lugar queremos lhe dar os parabéns por ter adquirido nossa apostila. Como você poderá atestar, trata-se de material didático com alta qualidade de conteúdo, abordando de forma clara e precisa os assuntos requeridos para as provas desse concurso.

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer a você um material de acordo com o edital especialmente criado para prepará-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa solução completa com foco na sua aprovação, como: **questões com gabaritos e uma vasta diversidade de cargos com simulados online** veja no link abaixo:

www.apostilasautodidata.com.br/simulados

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse www.apostilasautodidata.com.br e conheça todos os nossos produtos.

ATENÇÃO

CLIENTES APOSTILAS AUTODIDATA:

Proibido **compartilhar esta apostila em Grupos do ZAP e Reprodução para venda**

Seu uso é somente para **uso exclusivo do cliente** Os

infratores estarão sujeitos nas penalidades da lei

TELEFONES: ZAP: 91 – 983186353

Celular: 984110086

Fixo (91) 3352-1392

www.apostilasautodidata.com.br

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	2
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	13
3. Articulação do texto:	16
Pronomes e expressões referenciais.....	16
Nexos	25
Operadores sequenciais	26
4. Significação contextual de palavras e expressões	28
5. Equivalência e transformação de estruturas	31
6. Sintaxe:	33
Processos de coordenação e subordinação	33
7. Emprego de tempos e modos verbais	35
8. Pontuação	37
9. Estrutura e formação de palavras	42
10. Funções das classes de palavras	45
11. Flexão nominal e verbal	64
12. Pronomes:.....	66
Emprego, formas de tratamento e colocação	66
13. Concordância nominal e verbal.....	78
14. Regência nominal e verbal.....	81
15. Ortografia oficial	86
16. Acentuação gráfica	93

1. *Leitura, compreensão e interpretação de textos*

A palavra texto vem do latim *textum*, que significa tecido, entrelaçamento. Essa origem aponta a idéia de que texto resulta de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes menores a fim de se obter um todo inter-relacionado, um todo coeso e coerente.

Os concursos, de uma forma geral, apresentam questões interpretativas que têm por finalidade a identificação de um leitor autônomo. Portanto, o candidato deve compreender os níveis estruturais da língua por meio da lógica, além de necessitar de um bom léxico internalizado.

As frases produzem significados diferentes de acordo com o contexto em que estão inseridas. Torna-se, assim, necessário sempre fazer um confronto entre todas as partes que compõem o texto.

Além disso, é fundamental apreender as informações apresentadas por trás do texto e as inferências a que ele remete. Este procedimento justifica-se por um texto ser sempre produto de uma postura ideológica do autor diante de uma temática qualquer.

Denotação e Conotação

Sabe-se que não há associação necessária entre significante (expressão gráfica, palavra) e significado, por esta ligação representar uma convenção. É baseado neste conceito de signo lingüístico (significante + significado) que se constroem as noções de denotação e conotação.

O sentido denotativo das palavras é aquele encontrado nos dicionários, o chamado sentido verdadeiro, real.

Já a conotação é um sentido que só advém à palavra numa dada situação figurada, fantasiosa e que, para sua compreensão, depende do contexto.

Sendo assim, estabelece-se, numa determinada construção frasal, uma nova relação entre significante e significado.

Os textos literários exploram bastante as construções de base conotativa, numa tentativa de extrapolar o espaço do texto e provocar reações diferenciadas em seus leitores.

Ainda com base no signo lingüístico, encontra-se o conceito de polissemia (que tem muitas significações). Algumas palavras, dependendo do contexto, assumem múltiplos significados, como, por exemplo, a palavra ponto: ponto de ônibus, ponto de vista, ponto final, ponto

de cruz ... Neste caso, não se está atribuindo um sentido fantasioso à palavra ponto, e sim ampliando sua significação através de expressões que lhe completem e esclareçam o sentido.

Como Ler e Entender Bem um Texto

O homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de se comunicar, de estabelecer relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, interagindo socialmente por meio do seu discurso.

Basicamente, deve-se alcançar a dois níveis de leitura: a informativa e de reconhecimento e a interpretativa. A primeira deve ser feita de maneira cautelosa por ser o primeiro contato com o novo texto. Desta leitura, extraem-se informações sobre o conteúdo abordado e prepara-se o próximo nível de leitura. Durante a interpretação propriamente dita, cabe destacar palavras-chave, passagens importantes, bem como usar uma palavra para resumir a idéia central de cada parágrafo. Este tipo de procedimento aguça a memória visual, favorecendo o entendimento.

Não se pode desconsiderar que, embora a interpretação seja subjetiva, há limites. A preocupação deve ser a captação da essência do texto, a fim de responder às interpretações que a banca considerou como pertinentes.

No caso de textos literários, é preciso conhecer a ligação daquele texto com outras formas de cultura, outros textos e manifestações de arte da época em que o autor viveu. Se não houver esta visão global dos momentos literários e dos escritores, a interpretação pode ficar comprometida. Aqui não se podem dispensar as dicas que aparecem na referência bibliográfica da fonte e na identificação do autor.

A última fase da interpretação concentra-se nas perguntas e opções de resposta. Aqui são fundamentais marcações de palavras como não, exceto, errada, respectivamente etc. que fazem diferença na escolha adequada. Muitas vezes, em interpretação, trabalha-se com o conceito do "mais adequado", isto é, o que responde melhor ao questionamento proposto. Por isso, uma resposta pode estar certa para responder à pergunta, mas não ser a adotada como gabarito pela banca examinadora por haver uma outra alternativa mais completa.

Ainda cabe ressaltar que algumas questões apresentam um fragmento do texto transcrito para ser a base de análise. Nunca deixe de retornar ao texto, mesmo que aparentemente pareça ser perda de tempo. A descontextualização de palavras ou frases, certas vezes, são também um recurso para instaurar a dúvida no candidato. Leia a frase anterior e a posterior para ter idéia do sentido global proposto pelo autor, desta maneira a resposta será mais consciente e segura.

TEXTO LITERÁRIO

Conotação Figurado, subjetivo Pessoal

TEXTO NÃO-LITERÁRIO

Denotação Claro, objetivo Informativo

TIPOS DE COMPOSIÇÃO

1. Descrição: descrever é representar verbalmente um objeto, uma pessoa, um lugar, mediante a indicação de aspectos característicos, de pormenores individualizantes. Requer observação cuidadosa, para tornar aquilo que vai ser descrito um modelo inconfundível. Não se trata de enumerar uma série de elementos, mas de captar os traços capazes de transmitir uma impressão autêntica. Descrever é mais que apontar, é muito mais que fotografar. É pintar, é criar. Por isso, impõe-se o uso de palavras específicas, exatas.

2. Narração: é um relato organizado de acontecimentos reais ou imaginários. São seus elementos constitutivos: personagens, circunstâncias, ação; o seu núcleo é o incidente, o episódio, e o que a distingue da descrição é a presença de personagens atuantes, que estão quase sempre em conflito.

A Narração envolve:

I) Quem? Personagem;

II) Quê? Fatos, enredo;

III) Quando? A época em que ocorreram os acontecimentos;

IV) Onde? O lugar da ocorrência;

V) Como? O modo como se desenvolveram os acontecimentos;

VI) Por quê? A causa dos acontecimentos.

3. Dissertação: dissertar é apresentar idéias, analisá-las, é estabelecer um ponto de vista baseado em argumentos lógicos; é estabelecer relações de causa e efeito. Aqui não basta expor, narrar ou descrever, é necessário explicar e explicitar. O raciocínio é que deve imperar neste tipo de composição, e quanto maior a fundamentação argumentativa, mais brilhante será o desempenho.

COMPREENSÃO DO TEXTO

Há duas operações diferentes no entendimento de um texto. A primeira é a **apreensão**, que é a captação das relações que cada parte mantém com as outras no interior do texto. No entanto, ela não é suficiente para entender o sentido integral. Uma pessoa que conhecesse todas as palavras do texto, mas não conhecesse o universo dos discursos, não entenderia o significado do mesmo. Por isso, é preciso colocar o texto dentro do universo discursivo a que ele pertence e no interior do qual

ganha sentido. Alguns teóricos chamam o universo discursivo de “conhecimento de mundo”, mas chamaremos essa operação de **compreensão**.

E assim teremos:

Apreensão + Compreensão = Entendimento do texto

Para ler e entender um texto é preciso atingir dois níveis de leitura, sendo a primeira a informativa e a segunda a de reconhecimento. A primeira deve ser feita cuidadosamente por ser o primeiro contato com o texto, extraindo-se informações e se preparando para a leitura interpretativa. Durante a interpretação grife palavras-chave, passagens importantes;

tente ligar uma palavra à ideia central de cada parágrafo.

A última fase de interpretação concentra-se nas perguntas e opções de respostas. Marque palavras como *não, exceto, respectivamente, etc.*, pois fazem diferença na escolha adequada.

Retorne ao texto mesmo que pareça ser perda de tempo. Leia a frase anterior e posterior para ter ideia do sentido global proposto pelo autor.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

A alusão histórica serve para dividir o texto em pontos menores, tendo em vista os diversos enfoques.

Convencionalmente, o parágrafo é indicado através da mudança de linha e um espaçamento da margem esquerda.

Uma das partes bem distintas do parágrafo é o tópico frasal, ou seja, a ideia central extraída de maneira clara e resumida.

Atentando-se para a ideia principal de cada parágrafo, asseguramos um caminho que nos levará à compreensão do texto.

Produzir um texto é semelhante à arte de produzir um tecido, o fio deve ser trabalhado com muito cuidado para que o trabalho não se perca. Por isso se faz necessária a compressão da coesão e coerência.

Coesão

É a amarração entre as várias partes do texto. Os principais elementos de coesão são os conectivos e vocábulos gramaticais, que estabelecem conexão entre palavras ou partes de uma frase. O texto deve ser organizado por nexos adequados, com sequência de ideias encadeadas logicamente, evitando frases e períodos desconexos.

Para perceber a falta de coesão, a melhor atitude é ler atentamente o seu texto, procurando

estabelecer as possíveis relações entre palavras que formam a oração e as orações que formam o período e,

finalmente, entre os vários períodos que formam o texto.

Um texto bem trabalhado sintática e semanticamente resulta num

texto coeso.

Coerência

A coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é que faz com que o texto tenha sentido para quem lê. Na avaliação da coerência será levado em conta o tipo de texto. Em um texto dissertativo, será avaliada a capacidade de relacionar os argumentos e de organizá-los de forma a extrair deles conclusões apropriadas; num texto narrativo, será avaliada sua capacidade de construir personagens e de relacionar ações e motivações.

Tipos de Composição:

Narrar é contar uma história. A Narração é uma sequência de ações que se desenrolam na linha do tempo, umas após outras. Toda ação pressupõe a existência de um personagem ou actante que a pratica em determinado momento e em determinado lugar, por isso temos quatro dos seis componentes fundamentais de que um emissor ou narrador se serve para criar um ato narrativo: personagem, ação, espaço e tempo em desenvolvimento. Os outros dois componentes da narrativa são: narrador e enredo ou trama.

Descrever é pintar um quadro, retratar um objeto, um personagem, um ambiente. O ato descritivo difere do narrativo, fundamentalmente, por não se preocupar com a sequência das ações, com a sucessão dos momentos, com o desenrolar do tempo. A descrição encara um ou vários objetos, um ou vários personagens, uma ou várias ações, em um determinado momento, em um mesmo instante e em uma mesma fração da linha cronológica. É a foto de um instante.

A descrição pode ser estática ou dinâmica.

A descrição estática não envolve ação.

Exemplos: "Uma velha gorda e suja."

"Árvore seca de galhos grossos e retorcidos."

A descrição dinâmica apresenta um conjunto de ações concomitantes, isto é, um conjunto de ações que acontecem todas ao mesmo tempo, como em uma fotografia. No texto, a partir do momento em que o operador para as máquinas projetoras, todas as ações que se veem na tela estão ocorrendo simultaneamente, ou seja, estão compondo uma descrição dinâmica. Descrição

porque todas as ações acontecem ao mesmo tempo, dinâmica porque inclui ações.

Dissertar diz respeito ao desenvolvimento de ideias, de juízos, de pensamentos.

Exemplos:

"As circunstâncias externas determinam rigidamente a natureza dos seres vivos, inclusive o homem..."

"Nem a vontade, nem a razão podem agir independentemente de seu condicionamento passado."

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura é o meio mais importante para chegarmos ao conhecimento, portanto, precisamos aprender a ler e não apenas "passar os olhos sobre algum texto". Ler, na verdade, é dar sentido à vida e ao mundo, é dominar a riqueza de qualquer texto, seja literário, informativo, persuasivo, narrativo, possibilidades que se misturam e as tornam infinitas.

É preciso, para uma boa leitura, exercitar-se na arte de pensar, de captar ideias, de investigar as palavras... Para isso, devemos entender, primeiro, algumas definições importantes.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Isso acontece porque lhes faltam informações específicas a respeito desta tarefa constante em provas relacionadas a concursos públicos.

Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios	2
Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	2
2. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais:	10
Raciocínio verbal.....	10
Raciocínio matemático.....	11
Raciocínio sequencial	12
Orientação espacial e temporal	14
Formação de conceitos, discriminação de elementos	14
3. Operações com conjuntos	15
4. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	17

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios

DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

INVESTIGANDO

As questões de investigações estão presentes na maioria das provas de raciocínio lógico, mas cada edital descreve esse tipo de questão de maneira diferente. Podemos dizer que essas questões tratam do entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, deduzindo novas informações a partir de relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Uma investigação é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou confirmar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A investigação, no sentido de pesquisa, pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.

As questões de investigação são muito interessantes e prazerosas de se fazer. No enunciado, são dadas pistas que associadas a hipóteses nos fazem concluir a resposta correta ou ainda nos levam a

conclusões diretas, sem precisar supor. O primeiro passo então, é perceber se precisaremos ou não supor alguma coisa, ou seja, se todas as informações são verdadeiras ou existem mentiras. Quando todas as informações forem verdadeiras, não haverá necessidade de hipóteses, mas quando existirem verdades e mentiras envolvidas, devemos fazer suposições para chegarmos as conclusões.

IDENTIFICANDO CADA CASO

Existem basicamente três casos de questões de investigações. Todos eles procuram deduzir novas informações, com base nas informações fornecidas no enunciado.

Para resolver questões de investigação, devemos inicialmente identificar o caso e seguir os procedimentos peculiares a cada um deles.

1º CASO - Somente Verdades: ORDENAÇÃO.

Esse tipo de questão dá apenas informações verdadeiras, que nos permite colocar em ordem pessoas, objetos, datas, idades, cores, figuras ou qualquer outra coisa, mediante pistas que devem ser seguidas. O fato de colocar os dados fornecidos na ordem desejada, permitirá identificar o item correto a ser marcado.

EXEMPLO:

Alysse é mais velha que Bruna, que é mais nova que Carol, mas esta não é a mais velha de todas.

CONCLUSÕES:

Sejam A, B e C as respectivas idades de Alysse, Bruna e Carol, então

$$A > B \text{ e } C > B$$

Como "Carol não é a mais velha", podemos ordenar as idades das meninas da seguinte forma:

$$A > C > B$$

2º CASO - Somente Verdades: DEDUÇÕES.

Como todas as informações dadas são verdadeiras, o que será importante é saber organizar as informações em uma tabela para cruzar os dados. Por exemplo, cada coluna trata das informações de uma determinada pessoa e as linhas tratam das características dessas pessoas. O que devemos fazer é preencher a tabela cruzando as informações de cada uma das pessoas, iniciando pelas informações diretas e posteriormente deduzindo as outras.

EXEMPLO:

Alysse, Bruna e Carol fazem aniversário no mesmo dia, mas não têm a mesma idade, pois nasceram em três anos consecutivos. Uma delas é Psicóloga, a outra é Fonoaudióloga e a mais nova é Terapeuta. Bruna é a mais nova e têm 25 anos. Carol é a mais velha e não é

Psicóloga.

CONCLUSÕES:

Do enunciado, podemos construir a tabela a seguir.

A	B	C
---	---	---

Profissão		
-----------	--	--

Idade		
-------	--	--

Como "Bruna é a mais nova e têm 25 anos", e que "a mais nova é Terapeuta", deduzimos que Bruna é Terapeuta. Logo podemos preencher os seguintes dados na tabela.

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Hardware:	2
Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos.....	2
2. Sistemas Operacionais Windows/Linux:	6
Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos.....	6
3. Editor de Textos:	21
LibreOffice/Apache OpenOffice – Writer: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	21
4. Planilhas Eletrônicas:	28
LibreOffice/Apache OpenOffice – Calc: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.....	28
5. Correio Eletrônico - ThunderBird/Webmail:	38
Uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	38
6. Ferramentas de Comunicações e Reuniões On-line:	42
Microsoft Teams.....	42
Google Meet.....	46
Zoom.....	48
Skype.....	49
Google Hangout.....	50
7. Internet:	53
Intranet, Extranet, Protocolo e Serviço, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais.....	53
8. Navegadores - Mozilla Firefox/Google Chrome – Internet:	62
Navegação Internet.....	62
Conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	64
9. Redes sociais	67
10. Tecnologia da informação e segurança de dados	70
Segurança da Informação: Princípios de Segurança.....	70
Confidencialidade e Assinatura digital.....	70
Procedimentos de Segurança e Backup.....	72
Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques.....	73
11. Extensão e Arquivos	78

1. Hardware:

DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

Hardware são as partes concretas de uma máquina, como o gabinete, o teclado, o mouse, a impressora, o disco rígido, a memória, entre outros itens utilizados na fabricação de um computador ou equipamentos eletrônicos. Esses elementos se comunicam com os demais através do barramento, um dos componentes da placa-mãe.

O profissional responsável por essa área, dentro da **ciência da computação** é o **arquiteto de computadores**. O computador é qualquer dispositivo eletrônico que pode armazenar, manipular e enviar dados processados de volta ao usuário.

Dispositivo de armazenamento é um dispositivo capaz de armazenar informações (dados) para posterior consulta ou uso. Essa gravação de dados pode ser feita praticamente usando qualquer forma de energia, desde força manual humana como na escrita, passando por vibrações acústicas em gravações fonográficas até modulação de energia eletromagnética em fitas magnéticas e discos ópticos.

Um dispositivo de armazenamento pode guardar informação, processar informação ou ambos. Um dispositivo que somente guarda informação é chamado mídia de armazenamento. Dispositivos que processam informações (equipamento de armazenamento de dados) podem tanto acessar uma mídia de gravação portátil ou podem ter um componente permanente que armazena e recupera dados.

Armazenamento eletrônico de dados é o armazenamento que requer energia elétrica para armazenar e recuperar dados. A maioria dos dispositivos de armazenamento que não requerem visão e um cérebro para ler os dados se enquadram nesta categoria. Dados eletromagnéticos podem ser armazenados em formato analógico ou digital em uma variedade de mídias. Este tipo de dados é considerado eletronicamente codificado, sendo ou não armazenado eletronicamente em um dispositivo semicondutor (chip), uma vez que certamente um dispositivo semicondutor foi utilizado para gravá-la em seu meio. As mídias de armazenamento processadas eletronicamente (incluindo algumas formas de armazenamento de dados de computador) são considerados de armazenamento permanente (não volátil), ou seja, os dados permanecem armazenados quando a energia elétrica é removida do dispositivo. Em contraste, a maioria das informações armazenadas eletronicamente na maioria dos tipos de semicondutores são microcircuitos memória volátil,

pois desaparecem com a remoção da energia elétrica.

Com exceção de Códigos de barras e OCR, o armazenamento eletrônico de dados é mais fácil de se revisar e pode ser mais econômico do que métodos alternativos, devido à exigência menor de espaço físico e à facilidade na troca (re-gravação) de dados na mesma mídia. Entretanto, a durabilidade de métodos como impressão em papel é ainda superior a muitas mídias eletrônicas. As limitações relacionadas à durabilidade podem ser superadas ao se utilizar o método de duplicação dos dados eletrônicos, comumente chamados de cópia de segurança ou back-up.

Tipos de dispositivos de armazenamento:

Por meios magnéticos. Exemplos: Disco Rígido.

Por meios ópticos. Exemplos: CD, DVD.

Por meios eletrônicos (SSDs) - *chip* - Exemplos: cartão de memória, *pen drive*.

Frisando que: Memória RAM não é um dispositivo de armazenamento de informações.

Dispositivos de armazenamento por meio magnético

Os dispositivos de armazenamento por meio magnético são os mais antigos e mais utilizados atualmente, por permitir uma grande densidade de informação, ou seja, armazenar grande quantidade de dados em um pequeno espaço físico. São mais antigos, porém foram se aperfeiçoando no decorrer do tempo.

Para a gravação, a cabeça de leitura e gravação do dispositivo gera um campo magnético que magnetiza os dipolos magnéticos, representando assim dígitos binários (bits) de acordo com a polaridade utilizada. Para a leitura, um campo magnético é gerado pela cabeça de leitura e gravação e, quando em contacto com os dipolos magnéticos da mídia verifica se esta atrai ou repele o campo magnético, sabendo assim se o polo encontrado na molécula é norte ou sul.

Como exemplo de dispositivos de armazenamento por meio magnético, podemos citar os Discos Rígidos.

Os dispositivos de armazenamento magnéticos que possuem mídias removíveis normalmente não possuem capacidade e confiabilidade equivalente aos dispositivos fixos, pois sua mídia é frágil e possui capacidade de armazenamento muito pequena se comparada a outros tipos de dispositivos de armazenamento magnéticos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Dispositivos de armazenamento por meio óptico

Os dispositivos de armazenamento por meio óptico são os mais utilizados para o armazenamento de informações multimídia, sendo amplamente aplicados no armazenamento de filmes, música, etc. Apesar disso também são muito utilizados para o armazenamento de informações e programas, sendo especialmente utilizados para a instalação de programas no computador.

Exemplos de dispositivos de armazenamento por meio óptico são os CD-ROMs, CD-RWs, DVD-ROMs, DVD-RWs etc.

A leitura das informações em uma mídia óptica se dá por meio de um feixe laser de alta precisão, que é projetado na superfície da mídia. A superfície da mídia é gravada com sulcos microscópicos capazes de desviar o laser em diferentes direções, representando assim diferentes informações, na forma de dígitos binários (bits). A gravação das informações em uma mídia óptica necessita de uma mídia especial, cuja superfície é feita de um material que pode ser "queimado" pelo feixe laser do dispositivo de armazenamento, criando assim os sulcos que representam os dígitos binários (bits)).

Dispositivos de armazenamento por meio eletrônico (SSDs)

Este tipo de dispositivos de armazenamento é o mais recente e é o que mais oferece perspectivas para a evolução do desempenho na tarefa de armazenamento de informação. Esta tecnologia também é conhecida como memórias de estado sólido ou SSDs (*solid state drive*) por não possuírem partes móveis, apenas circuitos eletrônicos que não precisam se movimentar para ler ou gravar informações.

Os dispositivos de armazenamento por meio eletrônico podem ser encontrados com as mais diversas aplicações, desde Pen Drives, até cartões de memória para câmeras digitais, e, mesmo os discos rígidos possuem uma certa quantidade desse tipo de memória funcionando como buffer.

A gravação das informações em um dispositivo de armazenamento por meio eletrônico se dá através dos materiais utilizados na fabricação dos chips que armazenam as informações. Para cada dígito binário (bit) a ser armazenado nesse tipo de dispositivo existem duas portas feitas de material semicondutor, a porta flutuante e a porta de controle. Entre estas duas portas existe uma pequena camada de óxido, que quando carregada com elétrons representa um bit 1 e quando descarregada representa um bit 0. Esta tecnologia é semelhante à tecnologia utilizada nas memórias RAM do tipo dinâmica, mas pode reter informação por longos períodos de tempo, por isso não é considerada uma memória RAM propriamente dita.

Os dispositivos de armazenamento por meio eletrônico tem a vantagem de possuir um tempo de acesso muito menor que os dispositivos por meio magnético, por não conterem partes móveis. O principal ponto negativo desta tecnologia é o seu custo ainda muito alto, portanto dispositivos de armazenamento por meio eletrônico ainda são encontrados com pequenas capacidades de armazenamento e custo muito elevado se comparados aos dispositivos magnéticos.

Componentes do Computador

Gabinete (Sistema Central)

É uma caixa de metal com elementos de plástico que pode ser vertical ou horizontal responsável por armazenar a **CPU**, o **disco rígido**, o **driver de CD/DVD**, saídas para a impressora, caixas de som, etc. Um dos principais elementos que ela armazena é a **fonte de alimentação** que converte a corrente alternada para contínua com o objetivo de alimentar os componentes do computador. Por isso, ela deve ser conectada à placa-mãe, ao cooler, aos drives e ao HD. O gabinete do computador pode ser em forma de:

Desktop: é o gabinete que fica na horizontal (geralmente se coloca o monitor em cima dele);

Torre: é o gabinete que fica na posição vertical, que pode ser *Mini Tower*, *Mid Tower* ou *Full Tower*, com 3, 4 e acima 4 baias (espaço que são inseridos os drivers) respectivamente;

Processador

O **processador** é chamado de CPU (unidade central de processamento) e está acoplado à placa-mãe. Ele é um pequeno chip que faz todo o controle das operações que serão realizadas pelo computador. Quanto melhor o processador, maior agilidade as tarefas serão realizadas.

O processador é composto pelo **cooler**, um sistema capaz de controlar a sua temperatura padrão. Se houver essa regulação, maior vida útil terá o chip e isso irá variar de acordo com o fabricante. Todo processador é formado por um conjunto de **pinos** (contatos) que servem para serem conectados em determinado tipo de placa-mãe. Os fabricantes mais conhecidos deste componente são Intel e AMD. Exemplo de processadores: **Intel Core 2 Duo**, **Intel Core i7**, **AMD Athlon X2**, **AMD Phenom II**, entre outros.

Memórias

Memória RAM (Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico)

É uma memória volátil e rápida para acesso pelo processador, porém muito mais cara. A CPU a utiliza para armazenar temporariamente os dados dos programas que estão rodando no computador. Esta memória somente fica ativa enquanto o computador estiver ligado e os conteúdos devem ser salvos, pois quando ele for desligado, tudo o que

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

estiver armazenado nesta memória perde-se. Ela tem uma capacidade de armazenamento que varia entre 256Mb (megabytes) a 1Gb (gigabytes). A memória RAM pode ser dividida em:

memória estática (SRAM – *Static Random- Access Memory*), rápidas, caras e armazenam poucos dados, cerca de 1048 kilobytes (1 megabyte), geralmente são utilizadas como cache;

memória dinâmica (DRAM – *Dynamic Random-Access Memory*), possuem um preço acessível e armazenam grande quantidade de dados, mas são mais lentas se comparadas as estáticas, com capacidade de 4 megabytes a 32 megabytes. Existe ainda um tipo de memória recente, chamada de **MRAM** (Magnetoresistive Random-Access Memory), memória que utiliza células magnéticas, consumindo pouca energia, são rápidas e armazenam dados por mais tempo, até mesmo se não houver energia elétrica. Um dos problemas desse tipo de memória é que elas são caras e armazenam poucos dados.

Memória ROM (Read-Only Memory ou Memória Somente de Leitura)

Memória responsável pelo armazenamento permanente dos dados, Esses dados não podem ser apagados ou alterados, apenas se forem utilizados procedimentos específicos. Quando a energia acaba ou o computador é desligado os dados não se perdem, sendo uma memória não volátil. Existem vários tipos de memória ROM, como: memória flash, cd-rom, dvd-rom e outros relacionados, EPROM (*Erasable Programmable Read-Only Memory*), PROM (*Programmable Read-Only Memory*), etc.

Memória Externas

Existem uma infinidade de tipos e capacidades de armazenamento. Alguns exemplos: Pen-drives, CDs, DVDs, HDs, disquetes, fitas, SDs etc. São dispositivos que geralmente utilizam portas USB ou encaixes para conexão ao computador, não fazem parte do computador propriamente dito, mas podem ser facilmente instalados e removidos. A taxa de transferência dos dados também varia de modelo, mas geralmente são bastante rápidos.

Memória Cache

A **memória cache** é um tipo de memória de acesso randômico mais rápida que armazena os dados mais utilizados pelo processador. Para processar dados, ele verifica primeiramente na memória cache se esses dados estão armazenados lá, se os encontra (proveniente de leituras anteriores desses mesmos dados) não necessita obtê-los de outra memória mais lenta (memória RAM).

Sem a memória cache o desempenho da máquina ficaria mais lento e limitado à memória RAM. Existem dois tipos atualmente:

Cache de nível 1 (cache L1) - localizada no mesmo chip do processador;

Cache nível 2 (cache L2) - localizada geralmente em um chip RAM separado, tem um valor mais popular, porém um pouco mais lenta que a primeira.

A memória cache também é uma área especial chamada "**cache de disco**" que contém os dados mais recentes lidos do HD. Ela deve ser aprimorada a medida que são desenvolvidos novos processadores.

Disco Rígido (HD – Hard Disk)

É um tipo de disco de grande capacidade para armazenamento de dados permanentes ou até que sejam removidos do computador. Ela é mais lenta para acesso, porém muito mais barata. Nela se armazenam todos os dados e programas que devem permanecer no computador, mesmo estando ele desligado. Sua capacidade de armazenamento geralmente varia de 80Gb a 250Gb (gigabytes). Para seu correto funcionamento é necessário que hajam interfaces de controle, como **IDE** (*Integrated Drive Electronics*), **SATA** (*Serial ATA*) e **SCSI** (*Small Computer System Interface*).

Placa Mãe (Motherboard)

Placa central que se destina a conexão com todas as outras placas e componentes do computador. Ela é chamada de '**espinha dorsal**'. Assim, ela possui diferentes conectores e é nela que o processador é instalado, num suporte chamado de '*socket*'. Já o HD é conectado por meio das portas **IDE** ou **SATA** e a placa de vídeo em slots chamados de **PCI-Express 16x** ou **AGP 8x**. Já as placas de rede, som, entre outras, podem ser encaixadas nos slots **PCI** ou em entradas **PCI Express**.

Além disso, existem outros elementos que são conectados à placa-mãe. As placas-mãe possuem um software de controle localizado em um chip que armazena todas as informações do hardware relativas à data e hora do computador. Esse programa é chamado de **BIOS** (*Basic Input Output System* – Sistema Básico de Entrada e Saída). Ele é responsável, principalmente, por carregar o sistema operacional para a memória RAM e executar o programa POST (programa que executa testes básicos de hardware).

Barramento: também chamado de bus são suportes responsáveis por fazer a intercomunicação entre a placa-mãe e os demais componentes.

Placa de Vídeo

É um dispositivo responsável por garantir o aparecimento das imagens em seu **monitor de vídeo**. As placas mais conhecidas são as da marca AMD e NVIDIA, que fabricam o chip gráfico (**GPU** - *Graphics Processing Unit*, um tipo de processador que gera gráficos principalmente imagens 3D). Existem placas de vídeo no mercado que já vem

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

embutidas em placas-mães, são conhecidas como **onboard**.

O custo dessas integradas é bem menor, mas é aconselhável que seja utilizado apenas em computadores que executem atividades básicas, pois podem atrapalhar no seu desempenho.

Dispositivos de Entrada e Saída do Computador

Drive de disquete: dispositivos de entrada e saída de dados. Atualmente, os drivers de disquete são caros e estão em desuso. O disquete é um tipo de envoltório que armazena o **disco magnético**, onde são gravadas as informações. Ele tem capacidade de até 1,44 MB de armazenamento.

Drive de CD/DVD-ROM: dispositivos de entrada e saída de dados capazes de ler e gravar CDs e DVDs-ROM. Antigamente havia apenas os leitores de CDs. Podem ser do tipo **CD-ROM** (apenas leitor de CDs); **CD-RW** (funciona como leitor e gravador de CD-R e CD-RW); **CD-RW/DVD** (leitor e gravador de CD e leitor de DVD); **DVD-RW** (leitor e gravador de CDs e DVDs). Estão surgindo no mercado computadores que suportem a leitura de **Blu-Ray**.

Monitor de Vídeo: dispositivo de saída que envia ao usuário as informações impressas na tela. Antigamente haviam os monitores **CRT** (*Cathode Ray Tube*), hoje existem os monitores de LCD (*Liquid Crystal Display*). As telas podem ser mais largas (widescreen) e o tamanho pode variar de 17" a 23".

Teclado/Mouse: são dois dispositivos típicos de entrada, porque permitem que você insira dados/informações no computador. O primeiro, auxilia na digitação e sua combinação de teclas podem facilitar em jogos e outros aplicativos. Já o segundo, é representado por um cursor na tela do computador para você 'clicar' em lugares específicos.

Existem os **mouses ópticos**, que movimentam o cursor por meio de um laser e o **mouses com esfera** que utilizam uma pequena esfera para realizar o movimento do cursor. Eles se conectam ao computador por meio da porta **PS/2** encontrada na parte de trás do gabinete, mas também há aqueles que utilizam o conector por meio de portas **USB**, que servem para conectar outros dispositivos de entrada e saída, como pendrives, câmeras digitais, scanners, impressoras, etc. Existem placas-mães que permitem a conexão através das entradas **FireWire**, utilizada para a transmissão de informações de HDs Externos ou filmadores digitais, por exemplo.

Portas USB (Universal Serial Bus): são entradas ou conexões encontradas no computador para a inserção de periféricos que utilizam-se dessa interface (pendrives, cabos para impressora, mouses, teclados, câmeras digitais, MP3 Player, etc.).

ANOTAÇÕES

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Abuso de Autoridade	2
(Lei nº 13.869/2019)	2
2. Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 e alterações	8
(Estatuto Geral das Guardas Municipais)	8
3. Organizações Criminosas	11
(Lei nº 12.850/2013)	11
4. Lei Maria da Penha.....	18
(Lei nº 11.340/2006)	18
5. Lei de Drogas.....	27
(Lei nº 11.343/2006)	27
6. Estatuto do Desarmamento	45
(Lei nº 10.826/2003)	45
7. Crimes contra o Meio Ambiente	54
(Lei nº 9.605/1998)	54
8. Lei de Tortura	64
(Lei nº 9.455/1997)	64
9. Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente	65
(Lei nº 8.069/1990)	65
10. Crimes Hediondos	70
(Lei nº 8.072/1990)	70

1. Abuso de Autoridade

(LEI Nº 13.869/2019)

LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

§ 1º As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

§ 2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.

CAPÍTULO II

DOS SUJEITOS DO CRIME

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo,

mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo **caput** deste artigo.

CAPÍTULO III

DA AÇÃO PENAL

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

§ 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

§ 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

CAPÍTULO IV

DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

Seção I

Dos Efeitos da Condenação

Art. 4º São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II - a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do **caput** deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.

Seção II

Das Penas Restritivas de Direitos

Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:

I - prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;

II - suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens;

III - (VETADO).

Parágrafo único. As penas restritivas de direitos podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

CAPÍTULO V

DAS SANÇÕES DE NATUREZA CIVIL E ADMINISTRATIVA

Art. 6º As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

Parágrafo único. As notícias de crimes previstos nesta Lei que descreverem falta funcional serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.

Art. 7º As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

CAPÍTULO VI

DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 9º Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:

I - relaxar a prisão manifestamente ilegal;

II - substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;

III - deferir liminar ou ordem de **habeas corpus**, quando manifestamente cabível.

Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem:

I - deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;

II - deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada;

III - deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;

IV - prolonga a execução de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido ou de promover a soltura do preso quando esgotado o prazo judicial ou legal.

Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:

I - exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;

II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;

III - produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório:

I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; ou

II - de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono.

Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

I - a situação de violência; ou (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização: (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.321, de 2022)

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (institui o Código de Trânsito Brasileiro — CTB)	2
Composição e competência do sistema nacional de trânsito	2
Normas gerais de circulação e conduta.....	10
Pedestre e condutores de veículos não motorizados	16
Do cidadão	17
Educação para trânsito	17
Sinalização de trânsito	19
Engenharia de tráfego, da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito	20
Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos.....	21
Veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares	26
Habilitação.....	30
Infração	35
Penalidades.....	50
Medidas administrativas.....	54
Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades	57
Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie	60
2. Decreto nº 4.711/2003	64
(dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito — SNT)	64
3. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito	65
4. Portarias do DENATRAN	71

1. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações

(Institui o Código de Trânsito

Brasileiro – CTB)

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Seção II

Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - a Polícia Rodoviária Federal;

VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 7º-A. A autoridade portuária ou a entidade concessionária de porto organizado poderá celebrar convênios com os órgãos previstos no art. 7º, com a interveniência dos Municípios e Estados, juridicamente interessados, para o fim específico de facilitar a autuação por descumprimento da legislação de trânsito. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 1º O convênio valerá para toda a área física do porto organizado, inclusive, nas áreas dos terminais alfandegados, nas estações de transbordo, nas instalações portuárias públicas de pequeno porte e nos respectivos estacionamentos ou vias de trânsito internas. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

Art. 9º O Presidente da República designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 10. O Contran, com sede no Distrito Federal, é composto dos Ministros de Estado responsáveis pelas seguintes áreas de competência: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

II-A - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

III - ciência, tecnologia e inovações; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

IV - educação; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

V - defesa; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VI - meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

VIII - (VETADO)

IX - (VETADO)

X - (VETADO)

XI - (VETADO)

XII - (VETADO)

XIII - (VETADO)

XIV - (VETADO)

XV - (VETADO)

XVI - (VETADO)

XVII - (VETADO)

XVIII - (VETADO)

XIX - (VETADO)

XX - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XXI - (VETADO)

XXII - saúde; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIII - justiça; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIV - relações exteriores; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XXVI - indústria e comércio; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVII - agropecuária; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVIII - transportes terrestres; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIX - segurança pública; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXX - mobilidade urbana. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 3º-A. O Contrans será presidido pelo Ministro de Estado ao qual estiver subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 4º Os Ministros de Estado poderão fazer-se representar por servidores de nível hierárquico igual ou superior ao Cargo Comissionado Executivo (CCE) nível 17, ou por oficial-general, na hipótese de tratar-se de militar. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 5º Compete ao dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União atuar como Secretário-Executivo do Contrans. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 6º O quórum de votação e de aprovação no Contrans é o de maioria absoluta. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 10-A. Poderão ser convidados a participar de reuniões do Contrans, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades setoriais responsáveis ou impactados pelas propostas ou matérias em exame. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. Compete ao CONTRAN:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

II - coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;

III - (VETADO)

IV - criar Câmaras Temáticas;

V - estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE;

VI - estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;

VII - zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;

VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para o enquadramento das condutas expressamente referidas neste Código, para a fiscalização e a aplicação das medidas administrativas e das penalidades por infrações e para a arrecadação das multas aplicadas e o repasse dos valores arrecadados; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

IX - responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;

X - normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;

XI - aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;

XII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XIII - avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; e

XIV - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização. (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)

§ 1º As propostas de normas regulamentares de que trata o inciso I do **caput** deste artigo serão submetidas a prévia consulta pública, por meio da rede mundial de computadores, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, antes do exame da matéria pelo Contrans. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 2º As contribuições recebidas na consulta pública de que trata o § 1º deste artigo ficarão à disposição do público pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de encerramento da consulta pública. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 3º Em caso de urgência e de relevante interesse público, o presidente do Contrans poderá editar deliberação, **ad referendum** do Plenário, para

fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 4º A deliberação de que trata o § 3º deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

I - na hipótese de não ser aprovada pelo Plenário do Contran no prazo de 120 (cento e vinte) dias, perderá sua eficácia, com manutenção dos efeitos dela decorrentes; e (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

II - não está sujeita ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, vedada sua reedição. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 5º Norma do Contran poderá dispor sobre o uso de sinalização horizontal ou vertical que utilize técnicas de estímulos comportamentais para a redução de sinistros de trânsito. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

Art. 13. As Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

§ 1º Cada Câmara é constituída por especialistas representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, em igual número, pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito, todos indicados segundo regimento específico definido pelo CONTRAN e designados pelo ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º Os segmentos da sociedade, relacionados no parágrafo anterior, serão representados por pessoa jurídica e devem atender aos requisitos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 3º A coordenação das Câmaras Temáticas será exercida por representantes do órgão máximo executivo de trânsito da União ou dos Ministérios representados no Contran, conforme definido no ato de criação de cada Câmara Temática. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 4º (VETADO)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

II - elaborar normas no âmbito das respectivas competências;

III - responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito;

IV - estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito;

V - julgar os recursos interpostos contra decisões:

a) das JARI;

b) dos órgãos e entidades executivos estaduais, nos casos de inaptidão permanente constatados nos exames de aptidão física, mental ou psicológica;

VI - indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores;

VII - (VETADO)

VIII - acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, engenharia, fiscalização, policiamento ostensivo de trânsito, formação de condutores, registro e licenciamento de veículos, articulando os órgãos do Sistema no Estado, reportando-se ao CONTRAN;

IX - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios; e

X - informar o CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 333.

XI - designar, em caso de recursos deferidos e na hipótese de reavaliação dos exames, junta especial de saúde para examinar os candidatos à habilitação para conduzir veículos automotores. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

Parágrafo único. Dos casos previstos no inciso V, julgados pelo órgão, não cabe recurso na esfera administrativa.

Art. 15. Os presidentes dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.

§ 1º Os membros dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

§ 2º Os membros do CETRAN e do CONTRANDIFE deverão ser pessoas de reconhecida experiência em trânsito.

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Estado, Governo e Administração Pública:	2
Conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios	2
2. Direito Administrativo:	6
Conceito, fontes e princípios.....	6
3. Ato Administrativo:	11
Conceito	11
Requisitos.....	12
Atributos	13
Classificação e espécies	13
Invalidação, anulação e revogação.....	15

1. Estado, Governo e Administração Pública:

CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES, NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

CONCEITOS

CONCEITO DE ESTADO

O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado:

I - corporação territorial dotada de um poder de mando originário;

II - comunidade de homens, fixada sobre um território com poder de mando, ação e coerção; III - pessoa jurídica territorial soberana;

IV - pessoa jurídica de direito público interno;

V - entidade política, ou seja, pode elaborar as suas próprias leis.

GOVERNO

É o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais. É o complexo de funções estatais básicas. É a condução política dos negócios públicos. Na verdade, o Governo ora se identifica com os Poderes e órgãos supremos do Estado, ora se apresenta nas funções originárias desses Poderes e órgãos como manifestação da Soberania.

A constante, porém, do Governo é a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente. O Governo atua mediante atos de Soberania ou, pelo menos, de autonomia política na condução dos negócios públicos.

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WALDO (1971, p. 6):

A administração pública são a organização e a gerência de homens e materiais para consecução dos propósitos de um governo

HARMON E MAYER (1999, p.34):

A administração pública é a ocupação de todos aqueles que atuam em nome do povo – em nome da sociedade, que delega de forma legal – e cujas ações têm consequências para os indivíduos e grupos sociais

O que hoje entendemos como “Administração Pública” consiste em um conjunto de agências e de servidores profissionais, mantidos com recursos públicos e encarregados da decisão e implementação das normas necessárias ao bem-

estar social e das ações necessárias à gestão da coisa pública.

ELEMENTOS

O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo.

Não há nem pode haver Estado independente sem Soberania, isto é, sem esse poder absoluto, indivisível e incontrastável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário.

A vontade estatal apresenta-se e se manifesta através dos denominados Poderes de Estado.

PODERES

Os Poderes de Estado, na clássica tripartição de Montesquieu, até hoje adotada nos Estados de Direito, são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si e com suas funções reciprocamente indelegáveis (CF art. 2º).

Esses Poderes são iminentes e estruturais do Estado (diversamente dos poderes administrativos, que são incidentais e instrumentais da Administração), a cada um deles correspondendo uma função que lhe é atribuída com precipuidade. Assim, a função precípua do Poder Legislativo é a elaboração da lei (função normativa); a função precípua do Poder Executivo é a conversão da lei em ato individual e concreto (função administrativa); a função precípua do Poder Judiciário é a aplicação coativa da lei aos litigantes (função judicial).

Referimo-nos à função precípua de cada Poder de Estado porque, embora o ideal fosse a privatividade de cada função para cada Poder, na realidade isso não ocorre, uma vez que todos os Poderes têm necessidade de praticar atos administrativos, ainda que restritos à sua organização e ao seu funcionamento, e, em caráter excepcional, admitido pela Constituição, desempenham funções e praticam atos que, a rigor, seriam de outro Poder.

O que há, portanto, não é separação de Poderes com divisão absoluta de funções, mas, sim, distribuição das três funções estatais precípua entre órgãos independentes, mas harmônicos e coordenados no seu funcionamento, mesmo porque o poder estatal é uno e indivisível.

Aliás, já se observou que Montesquieu nunca empregou em sua obra política as

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

expressões "separação de Poderes" ou "divisão de Poderes", referindo-se unicamente à necessidade do "equilíbrio entre os Poderes", em que um Poder limita o outro, como sugerira o próprio autor no original: Seus apressados seguidores é que lhe deturparam o pensamento e passaram a falar em "divisão" e "separação de Poderes", como se estes fossem estanques e incomunicáveis em todas as suas manifestações, quando, na verdade, isto não ocorre, porque o Governo é a resultante da interação dos três Poderes de Estado-Legislativo, Executivo e Judiciário como a Administração o é de todos os órgãos desses Poderes.

NATUREZA

É a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade. Como tal, impõe-se ao administrador público a obrigação de cumprir fielmente os preceitos do Direito e da moral administrativa que regem a sua atuação.

Ao ser investido em função ou cargo público, todo agente do poder assume para com a coletividade o compromisso de bem servir, porque outro não é o desejo do povo, como legítimo destinatário dos bens, serviços e interesses administrados pelo Estado.

FINS

O bem comum da coletividade administrada. Toda atividade do administrador público deve ser orientada para esse objetivo. Se dele o administrador se afasta ou desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não institui a Administração senão como meio de atingir o bem-estar social. Ilícito e imoral será todo ato administrativo que não for praticado no interesse da coletividade.

O fim, e não a vontade do administrador, domina todas as formas de administração.

Os fins da Administração consubstanciam-se, portanto, na defesa do interesse público, assim entendidas aquelas aspirações ou vantagens lícitamente almejadas por toda a comunidade administrada, ou por uma parte expressiva de seus membros.

O ato ou contrato administrativo realizado sem interesse público configura desvio de finalidade.

Os Fins da Administração Pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrativa; toda atividade deve ser orientada para esse objetivo; sendo que todo ato administrativo que não for praticado no interesse da coletividade será ilícito e imoral.

No desempenho dos encargos administrativos o agente do Poder Público não tem

a liberdade de procurar outro objetivo, ou de dar fim diverso do prescrito em lei para a atividade; descumpri-los ou renuncia-las equivalerá a desconsiderar a incumbência que aceitou ao empossar-se no cargo ou função pública.

Em última análise, os fins da Administração consubstanciam-se em defesa do interesse público, assim entendidas aquelas aspirações ou vantagens lícitamente almejadas por toda a comunidade administrativa, ou por parte expressiva de seus membros; o ato ou contrato administrativo realizado sem interesse público configura desvio de finalidade.

Organização do Estado

- Entidades componentes do Estado Federal

A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito

Federal e os Municípios.

Estas entidades são autônomas, cabendo à União exercer a soberania do Estado brasileiro no contexto internacional.

- Competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

A União exerce os poderes que objetivam a garantia da soberania e defesa nacionais; a manutenção de relações com países estrangeiros, a participação em organismos internacionais e a promoção do desenvolvimento econômico-social do país, bem como a garantia da cidadania e dos direitos individuais dos cidadãos.

Destacam-se, ainda, dentre outras atribuições de caráter administrativo da União, as seguintes:

- declarar guerra e celebrar a paz;
 - assegurar a defesa nacional;
 - elaborar e executar planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social;
 - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal, bem como a Polícia Federal e a Rodoviária, as Polícias Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
 - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia, o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;
 - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
 - emitir moeda.
- Cabe à União, privativamente, legislar sobre matérias específicas das quais destacam-se as seguintes:
- atividades nucleares de qualquer natureza;
 - população indígena;

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico, Espacial e do Trabalho;

- águas, energia (inclusive nuclear), informática, telecomunicações e radiodifusão; comércio exterior e interestadual;

- nacionalidade, cidadania, naturalização e direitos referentes aos estrangeiros;

- seguridade social;

- diretrizes e bases da educação nacional;

- normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública nas diversas esferas de governo e empresas sob seu controle;

- serviço postal;

- desapropriação.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competências comuns, que são exercidas de modo a que cada unidade restrinja-se a um determinado espaço de atuação.

Dentre estas competências destacam-se as seguintes:

- conservação do patrimônio público;

- saúde e assistência públicas;

- proteção dos bens de valor histórico, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos;

- acesso à educação, à cultura e à ciência;

- proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

- combate às causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos.

O art. 24 da Constituição Federal possibilita à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislarem de forma concorrente em matérias específicas.

Neste âmbito, a União limita-se a estabelecer normas gerais. Os Estados e o Distrito Federal exercem competências legislativas complementares, atendendo, cada um, às suas peculiaridades.

Nos termos das competências concorrentes, os Estados e o Distrito Federal adaptam-se à legislação federal vigente.

Cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, de forma concorrente, sobre:

- Direito Tributário, Financeiro, Penitenciário, Econômico e Urbanístico;

- orçamento;

- produção e consumo;

- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

- proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico;

- educação, cultura, ensino e desporto;

- previdência social, proteção e defesa à saúde;

- proteção à infância e à juventude.

Aos Municípios, compete legislar sobre assuntos de interesse local e ainda suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Ao Distrito Federal, são atribuídas as mesmas competências reservadas aos Estados e Municípios.

PRINCÍPIOS

• Legalidade

Significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público, significa "deve fazer assim".

• Moralidade

O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.

A moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum.

A moralidade administrativa está intimamente ligada ao conceito do "bom administrador" que "é aquele que, usando de sua competência legal, se determina não só pelos preceitos vigentes, mas também pela moral comum". Há que conhecer, assim, as fronteiras do lícito e do ilícito, do justo e do injusto nos seus efeitos.

• Impessoalidade

Nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

unicamente aquele que a norma de Direito indica, expressa ou virtualmente, como objetivo do ato, de forma impessoal.

E a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público. Todo ato que se apartar desse objetivo sujeitar-se-á à invalidação por desvio de finalidade, que a nossa lei da ação popular conceituou como o "fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência" do agente.

Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros.

• Publicidade

É a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí por que as leis, atos e contratos administrativos, que produzem conseqüências jurídicas fora dos órgãos que os emitem, exigem publicidade para adquirirem validade universal, isto é, perante as partes e terceiros.

A publicidade não é elemento formativo do ato; é requisito de eficácia e moralidade. Por isso mesmo, os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensara para sua exequibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige.

Em princípio, todo ato administrativo deve ser publicado, porque pública é a Administração que o realiza, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso.

• Eficiência

É o mais moderno princípio de Administração Pública que já não se contenta em que os seus agentes desempenhem suas atividades apenas com legalidade e moralidade (ética); exigindo resultados positivos para o Serviço Público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade, de seus membros.

Eficiência consiste em realizar as atribuições de uma função pública com competência, presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando, com isso, superar as expectativas do cidadão-cliente.

A Reforma Administrativa Federal (Emenda Constitucional n.º 19/98), ao consagrar o princípio da eficiência administrativa, recomenda a demissão ou dispensa do servidor comprovadamente ineficiente e desdioso no exercício da função pública.

ANOTAÇÕES

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Dos Princípios Fundamentais	2
(Art. 1º ao 4º da CRFB/88).....	2
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	3
(Arts. 5º ao 11 da CRFB/88).....	3
3. Dos Direitos Políticos	9
(Arts. 14 ao 16 da CRFB/88).....	9
4. Da Organização do Estado	11
(Arts. 18 ao 31; Arts. 37 ao 41 da CRFB/88).....	11
5. Da Segurança Pública	25
(Art. 144 da CRFB/88).....	25
6. Da Política Urbana	26
(Arts. 182 e 183 da CRFB/88).....	26
7. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	27
(Arts. 226 ao 230 da CRFB/88).....	27
8. Direitos Humanos:	29
Conceito, características, categorias e gerações.....	29

1. Dos Princípios Fundamentais

(ART. 1º AO 4º DA CRFB/88)

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

2. Dos Direitos e Garantias

Fundamentais

(ARTS. 5º AO 11 DA CRFB/88)

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia,

por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família,

SUMÁRIO

GUARDA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL – SP 2023

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Dos Crimes	2
(Arts. 13 ao 25 do Código Penal)	2
2. Dos Crimes contra a Pessoa e contra o Patrimônio	4
(Arts.121 ao 183 do Código Penal)	4
3. Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual	19
(Arts. 213 ao 218-C do Código Penal)	19
4. Dos Crimes Contra a Fé Pública	21
(Arts. 289 ao 311 do Código Penal)	21
5. Dos Crimes contra a Administração Pública	25
(Arts. 312 ao 337-A do Código Penal)	25
6. Do Inquérito Policial	30
(Arts. 4º ao 23 do Código de Processo Penal)	30
7. Da Prova:	33
Disposições Gerais (Arts. 155 ao 157 do Código de Processo Penal)	33
Do Exame de Corpo de Delito, Da Cadeia de Custódia e das Perícias (Arts. 158 ao 184 do Código de Processo Penal)	34
Da Busca e Apreensão (Arts. 240 ao 250 do Código de Processo Penal)	38
8. Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória:	40
(Disposições Gerais e da Prisão em Flagrante (Arts. 282 ao 310 do Código de Processo Penal)	40

1. Dos Crimes

(ARTS. 13 AO 25 DO CÓDIGO PENAL)

PARTE GERAL

TÍTULO II DO CRIME

Relação de causalidade (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Superveniência de causa independente (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Relevância da omissão (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime consumado (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Desistência voluntária e arrependimento eficaz (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Arrependimento posterior (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime impossível (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 18 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime culposo (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

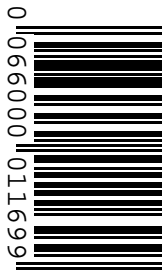
Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Agravação pelo resultado (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 19 - Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Erro sobre elementos do tipo (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a



Prefeitura Municipal de Rio Acima/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015



Guarda Municipal

Tarde

Organizadora:



PCI Concursos

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

Grupo de adolescentes inventa gerador movido à urina

Um litro gera 6 horas de eletricidade. Invenção foi apresentada na Nigéria, durante um evento de inovação voltada aos problemas da África.

Se o brasileiro é considerado um povo criativo, é porque a vida aqui nunca foi fácil. Condições adversas demandam soluções inusitadas. Na África a coisa funciona mais ou menos desse jeito, com condições ainda mais extremas que as nossas, aqui. É por isso que, entre uma rebolada e outra pra sobreviver, os africanos acabam inventando coisas como um gerador movido à urina. E não tem nenhuma *start-up* metida à besta por trás do produto: ele foi criado por 4 adolescentes – *Duro-Aina Adebola, Akindele Abiola, Faleke Oluwatoyin e Bello Eniola*, a mais velha do grupo, com 15 anos.

O segredo é transformar o xixi nosso de cada dia em gás hidrogênio: a urina é colocada dentro de uma célula eletrolítica, um tipo de dispositivo que transforma energia elétrica em energia química. Esse processo isola o hidrogênio da urina para, em seguida, purificá-lo dentro de um filtro de água. Então um cilindro de gás leva o hidrogênio para um segundo recipiente, dessa vez repleto de borato de sódio, cuja função é retirar toda a umidade dele e deixar o hidrogênio na forma de gás. Esse gás será o combustível do gerador.

A novidade foi apresentada durante a *Maker Faire Africa*, um evento de inovação que acontece todo ano, cada vez em uma cidade diferente da África. A de 2012 foi em Lagos, capital da Nigéria. A ideia é incentivar comunidades locais a desenvolverem tecnologias que possam melhorar as suas vidas e a de outras pessoas do continente que vivam em condição semelhante. É a África se ajudando por ela mesma, sem depender da compaixão ou da boa vontade dos países ricos.

Como dá pra ver na foto, é tudo meio feito na base do improvisado, o que deixa o gerador – e a iniciativa das meninas – ainda mais admirável. De acordo com *Gerardine Botte*, engenheira química da Universidade de *Ohio*, a grande sacada da invenção das meninas é o potencial que ela tem para tratar a água residual de indústrias. Como a urina já está sendo coletada nesses locais, nada mais natural que aproveitar sua energia para usar no próprio tratamento. No *site* da feira não há informações sobre a quantidade de *watts* produzida (dá pra carregar um celular ou abastecer um bairro?), mas, para um trabalho de meninas do ginásio, dá pra garantir que está melhor que aquela cartolina cheia de plantinhas coladas com durex que você apresentou na quinta série.

(Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,EMI324055-17770,00-GRUPO+DE+ADOLESCENTES+INVENTA+GERADOR+MOVIDO+A+URINA.html>. Acesso em: 28/02/2016. Adaptado.)

01

É correto afirmar que o objetivo principal do texto é

- A) combater a ociosidade dos jovens estudantes.
- B) ponderar sobre o aproveitamento da energia produzida na África.
- C) anunciar sobre o potencial dos jovens para a realização de pesquisas.
- D) informar a respeito dos investimentos educacionais nos países africanos.

02

Sobre o texto, é correto afirmar que

- A) trata-se de uma notícia marcada pela apresentação de fatos.
- B) convence sobre a necessidade de compaixão para com a África.
- C) noticia a respeito dos novos critérios adotados para melhor a educação nas escolas africanas.
- D) refere-se a uma reportagem marcada por dados comprobatórios, citações e questionamentos.

03

No trecho “Esse processo isola o hidrogênio da urina para, em seguida, purificá-lo dentro de um filtro de água.” (2º§), o termo “lo”, de acordo com o contexto em que se encontra empregado, se refere a

- A) gerador.
- B) hidrogênio.
- C) combustível.
- D) *Maker Faire Africa*.

04

No trecho “Condições adversas demandam soluções inusitadas.” (1º§), a expressão destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- A) raras.
- B) claras.
- C) específicas.
- D) complexas.

05

Segundo o texto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () As dificuldades enfrentadas pelos brasileiros os tornam um povo criativo.
- () As adversidades da vida ocasionam a busca de soluções criativas para os problemas.
- () O *Maker Faire Africa* incentiva comunidades locais a desenvolverem tecnologias que possam melhorar as suas vidas e a de outras do continente que vivam em condição semelhante.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.

06

No trecho **“É por isso que, entre uma rebohada e outra pra sobreviver, os africanos acabam inventando coisas como um gerador movido à urina.”** (1º§), as vírgulas foram utilizadas para

- A) suprimir o verbo.
- B) finalizar frase declarativa.
- C) separar orações deslocadas.
- D) marcar um questionamento.

07

Analise as afirmativas transcritas do texto e assinale a que exprime circunstância de lugar.

- A) *“Esse gás será o combustível do gerador.”* (2º§)
- B) *“Se o brasileiro é considerado um povo criativo, é porque a vida aqui nunca foi fácil.”* (1º§)
- C) *“É a África se ajudando por ela mesma, sem depender da compaixão ou da boa vontade dos países ricos.”* (3º§)
- D) *“Como a urina já está sendo coletada nesses locais, nada mais natural que aproveitar sua energia para usar no próprio tratamento.”* (4º§)

08

No trecho **“No site da feira não há informações sobre a quantidade de watts produzida (dá pra carregar um celular ou abastecer um bairro?), mas, para um trabalho de meninas do ginásio, dá pra garantir que está melhor que aquela cartolina cheia de plantinhas coladas com durex que você apresentou na quinta série.”** (4º§), o termo destacado expressa ideia de

- A) contraste.
- B) finalidade.
- C) possibilidade.
- D) complementação.

09

Das palavras transcritas do texto, assinale a que apresenta dígrafo.

- A) Filtro.
- B) Inovação.
- C) Potencial.
- D) Nenhuma.

10

Leia a charge a seguir.



(Disponível em: <http://cardapiopedagogico.blogspot.com.br/2012/11/a-roda-maior-invencao-de-todos-os-tempos.html>. Acesso em: 28/02/2016.)

No trecho **“... É só não usar como um selvagem!”**, a expressão **“como”** significa

- A) conforme.
- B) posto que.
- C) no entanto.
- D) a não ser que.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11

Um pacote de cereal possui 7% de seu total em zinco. Sabendo que há 28,7 g de zinco neste pacote de cereal, quantos gramas o pacote possui no total?

- A) 410 g. B) 430 g. C) 450 g. D) 470 g.

12

Como teste para trabalhar em um banco, Geraldo foi desafiado a descobrir o valor de x na seguinte equação:

$$x = (10\%)^2$$

Qual é a resposta do desafio feito a Geraldo?

- A) 0,1%. B) 1%. C) 20%. D) 100%.

13

Uma mãe chega em casa e encontra um brinquedo quebrado por uma de suas quatro filhas. Ao perguntar, ela recebe as seguintes respostas:

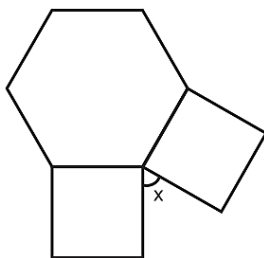
- Alice disse que Bárbara quebrou o brinquedo;
- Bárbara disse que Camila quebrou o brinquedo; e,
- Camila e Débora disseram que não sabem quem quebrou o brinquedo.

Se somente a filha culpada está mentindo, quem quebrou o brinquedo?

- A) Alice. B) Camila. C) Débora. D) Bárbara.

14

A figura apresenta um hexágono regular e dois quadrados em seu exterior.



Quanto vale o ângulo x?

- A) 45°. B) 50°. C) 60°. D) 80°.

15

Sejam os conjuntos:

$$A = \{2, 4, 6, 8, 10\}$$

$$B = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

Qual alternativa apresenta o conjunto $A - B$?

- A) \emptyset . B) $\{1, 1, 1, 1\}$. C) $\{1, 3, 5, 7, 9\}$. D) $\{2, 4, 6, 8, 10\}$.

16

Adriano é dono de confecção e lucra, diariamente, R\$ 260,00 trabalhando 8 horas. Se Adriano ampliar sua carga horária para 10 horas diárias, de quanto será seu lucro em 9 dias?

- A) R\$ 2.340,00. B) R\$ 2.750,00. C) R\$ 2.925,00. D) R\$ 3.125,00.

17

Analise as seguintes afirmativas:

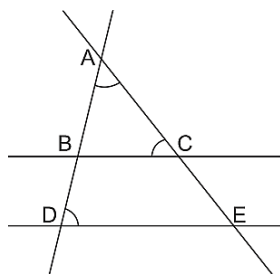
- I. A raiz da equação $\frac{3}{2}x + 8 = x$ é um número natural.
- II. O número 67.932 é divisível por 3 e por 4.
- III. Em um triângulo retângulo de catetos 6 cm e 8 cm, o valor da hipotenusa é 10 cm.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III. B) I e II, apenas. C) I e III, apenas. D) II e III, apenas.

18

Na figura a seguir, BC e DE são retas paralelas.



Sabendo que o ângulo \widehat{BCA} vale 40° e que o ângulo \widehat{EDA} é 70° , qual é o valor do ângulo \widehat{DAE} ?

- A) 40° . B) 50° . C) 60° . D) 70° .

19

Considere a sequência apresentada:

2	7	22	67	?
---	---	----	----	---

Qual alternativa substitui corretamente a interrogação da sequência?

- A) 82. B) 134. C) 202. D) 268.

20

Os números a, b, c, d, e são todos naturais tal que:

$$a \times b \times c \times d \times e = 1$$

Então, o valor de $a + b + c + d + e$ é igual a

- A) 0. B) 1. C) 2. D) 5.

CONHECIMENTOS GERAIS

21



(Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/>.)

A logomarca anterior foi criada para representar a seguinte identidade visual:

- A) Jornada Mundial da Juventude com o Papa Francisco.
 B) Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável.
 C) Jogos Pré-Olímpicos do Rio de Janeiro que ocorrem 20 meses antes das Olimpíadas.
 D) Congresso Nacional para a Preservação dos Ecossistemas Brasileiros nos próximos 20 anos.

22

O verão 2015/2016 brasileiro foi marcado pela grande preocupação com a microcefalia, principalmente na região Nordeste. Por microcefalia entende-se:

- A) Situação em que o cérebro da criança é maior do que a média global da população.
 B) Condição rara em que o bebê nasce com o crânio do tamanho menor do que o normal.
 C) Doença transmitida pelo mosquito da dengue que deixa manchas vermelhas pelo corpo.
 D) Significativo decréscimo econômico que produz grande quantidade de desempregados.

23

O *Aedes aegypti*

“O mosquito *Aedes aegypti* mede menos de um centímetro, tem aparência inofensiva, cor café ou preta e listras brancas no corpo e nas pernas. Costuma picar nas primeiras horas da manhã e nas últimas da tarde, evitando o sol forte, mas, mesmo nas horas quentes, ele pode atacar à sombra, dentro ou fora de casa. Há suspeitas de que alguns ataquem também durante a noite.”

(Disponível em: www.tuasaude.com.)

As últimas pesquisas dão conta que o mosquito *Aedes Aegypti* é transmissor de várias doenças, EXCETO:

- A) Dengue. B) Zika vírus. C) Gripe suína. D) Chikungunya.

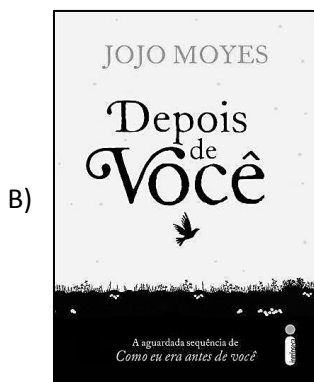
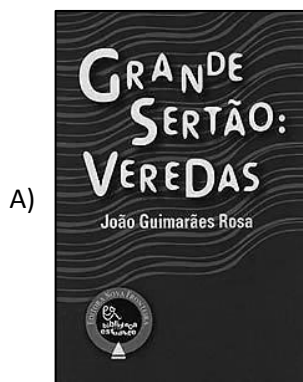
24

Conflitos sempre fizeram parte da história e suas consequências contribuíram fundamentalmente para a definição das fronteiras do Planeta. Assinale, a seguir, um conflito que ocorre atualmente.

- A) Guerra na Síria. C) Primeira Guerra Mundial.
B) Guerra do Paraguai. D) Guerra Franco Prussiana.

25

Um clássico é, em geral, um livro que representa o período em que foi escrito e que atravessa gerações sem perder seu valor. Nesse contexto, assinale, a seguir, um clássico da literatura brasileira.



26

Para facilitar a localização na superfície do Planeta o homem decidiu politicamente por algumas formas de regionalização que auxiliariam em sistemas de coordenadas de locação. Desse modo, o Planeta pode ser regionalizado em hemisférios, basicamente, de duas formas: Norte-Sul ou Leste-Oeste. A partir das referências do enunciado, assinale a alternativa que localiza o Brasil no mundo, considerando a localização predominante de seu território.

- A) Hemisférios Sul e Leste. C) Hemisférios Norte e Leste.
B) Hemisférios Sul e Oeste. D) Hemisférios Norte e Oeste.

27

Os *smartphones* cada vez mais se popularizam no Brasil. Esses aparelhos apresentam várias funcionalidades capazes de mudar a própria forma de ver o mundo do usuário como é o caso do GPS, que oferece serviços relacionados à localização na superfície do Planeta. O GPS oferece serviço de localização a partir de:

- A) Balões atmosféricos. C) Sondas aéreas atmosféricas.
B) Aviões georreferenciais. D) Satélites na órbita do Planeta.

28

As redes locais de *internet* sem fio se popularizaram e entraram dentro da casa dos brasileiros como um item fundamental da vida doméstica. Essas redes são conhecidas como:

- A) Wi-Fi. B) Moldem. C) Discador. D) Roteador.

29

Ao se estudar a história da arte, observa-se que ela foi periodizada em arte pré-histórica, arte antiga, medieval, moderna e contemporânea. Assinale, a seguir, um tipo de arte antiga.

- A) Arte Gótica. B) Arte Egípcia. C) Arte Barroca. D) Arte Surrealista.

30

“Stonehenge pode ser a maior maravilha do mundo pré-histórico. Com certeza é um de seus maiores mistérios.”

(Disponível em: www.historiadaarte.com.br.)

Observe as imagens a seguir e assinale a que representa o monumento *Stonehenge*.



PCI Concursos

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e fumar.
4. A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio com habilitação para modalidade magistério e/ou educação infantil, médio técnico, médio, fundamental completo e incompleto e 40 (quarenta) questões para todos os cargos de nível superior. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 03 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.idecan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao IDECAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.idecan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado um ponto de acesso à *internet* para o candidato na sede da Prefeitura Municipal de Rio Acima, à Rua Antônio Carlos, s/n, Centro, Rio Acima/MG, no horário de 12h00min as 17h00min.



CARGO: GUARDA MUNICIPAL

01-	C	11-	A	21-	B
02-	A	12-	B	22-	B
03-	B	13-	D	23-	C
04-	A	14-	C	24-	A
05-	A	15-	D	25-	A
06-	C	16-	C	26-	B
07-	B	17-	D	27-	D
08-	A	18-	D	28-	A
09-	D	19-	C	29-	B
10-	A	20-	D	30-	C